

CAPÍTULO 3

VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A EXTREMA POBREZA, POBREZA E BAIXA RENDA EM RIO GRANDE-RS.



<https://doi.org/10.22533/at.ed.916112518033>

Data de submissão: 08/04/2025

Data de aceite: 23/04/2025

Maristel Coelho San Martin

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - RS
<http://lattes.cnpq.br/3512049045690587>

Paulo Roberto Rodrigues Soares

Professor Doutor em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - RS
<http://lattes.cnpq.br/0660263492919489>

Resumo: O presente estudo visa analisar o grau de vulnerabilidade socioeconômica do município do Rio Grande/RS com um enfoque na extrema pobreza, pobreza e baixa renda a partir dos impactos da Covid-19. Essa pesquisa possui caráter exploratório-descritivo, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa, tendo como método o materialismo histórico e dialético. Para tanto, foram realizados levantamento bibliográfico, pesquisa documental, análise

de conteúdo e análise interpretativa. Como fontes foram utilizados os portais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Cidadania, o portal Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (MOPS), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Cadastro Único (CECAD 2.0). A pesquisa apresentou um aumento da vulnerabilidade socioeconômica e das desigualdades, mesmo com a recuperação parcial do mercado de trabalho e esforços do poder público. O cenário reforça a urgência de políticas públicas intersetoriais que promovam inclusão, qualificação, geração de renda e o fortalecimento das redes de proteção social.

Palavras-chave: Vulnerabilidade socioeconômica. Rio Grande. Indicadores. Covid-19

SOCIOECONOMIC VULNERABILITY: A STUDY ON EXTREME POVERTY, POVERTY AND LOW INCOME IN RIO GRANDE-RS.

Abstract: This study aims to analyze the degree of socioeconomic vulnerability of the municipality of Rio Grande/RS with a focus on extreme poverty, poverty and low income due to the impacts of Covid-19. This

research has an exploratory-descriptive character, of an applied nature, with a qualitative and quantitative approach, using historical and dialectical materialism as a method. To this end, a bibliographic survey, documentary research, content analysis and interpretative analysis were carried out. The sources used were the portals of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Ministry of Citizenship, the Strategic Maps for Citizenship Policies (MOPS), the General Registry of Employed and Unemployed Persons (CAGED) and the Single Registry (CECAD 2.0). The research showed an increase in socioeconomic vulnerability and inequalities, even with the partial recovery of the labor market and efforts by the government. The scenario reinforces the urgency of intersectoral public policies that promote inclusion, qualification, income generation and the strengthening of social protection networks.

Keywords: Socioeconomic vulnerability. Rio Grande. Indicators. Covid-1.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade socioeconômica é um tema recorrente nas discussões sobre políticas públicas voltadas à redução da pobreza e à promoção da equidade social. No entanto, a gestão e o aprimoramento de territórios marcados por essa vulnerabilidade representam um grande desafio. Essas áreas são fortemente impactadas pela lógica da produção capitalista do espaço, que tende a concentrar investimentos e infraestrutura em regiões consideradas mais rentáveis, enquanto marginaliza outras.

Esse processo aprofunda as desigualdades territoriais e dificulta o acesso equitativo a direitos básicos, como moradia digna, saneamento, educação e saúde. Assim, é fundamental que as políticas públicas sejam pensadas de forma integrada, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também sociais, culturais e espaciais, para que possam promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Desde 2015, o município do Rio Grande já enfrentava uma crise econômica, impulsionada pelo encerramento das atividades do Polo Naval e de outras empresas locais.

Esse cenário se agravou com a chegada da pandemia da COVID-19, que acentuou os efeitos da retração econômica. Embora tenha sido o único entre os maiores municípios do estado a registrar saldo positivo de admissões no setor industrial entre março e junho de 2020, Rio Grande sofreu uma queda significativa na arrecadação pública, totalizando R\$ 19,3 milhões a menos em comparação ao mesmo período de 2019. O fechamento temporário do comércio, como medida de contenção da pandemia, também impactou duramente os setores de comércio e serviços, aumentando o número de desempregos e de ocupações informais, especialmente em bairros periféricos, como alternativa para famílias sem condições de arcar com aluguel.

Dados do IBGE, do Ministério da Cidadania e do Cadastro Único revelaram um crescimento expressivo da população em situação de pobreza, extrema pobreza e baixa renda em Rio Grande. Podemos perceber esse fato a partir do número de famílias registradas no Cadastro Único que saltou de 16.049 em 2010 para 22.158 em agosto de 2020, evidenciando o aprofundamento das desigualdades sociais no município. Em resposta

à crise, a Secretaria de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) implementou a operação “Rede Acolher”, que atendeu 677 pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, incluindo idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, que necessitavam de isolamento, mas viviam em condições inadequadas.

Além disso, foram distribuídas 49.668 cestas básicas a famílias de baixa renda. Nesse contexto, essa pesquisa visa analisar o grau da vulnerabilidade socioeconômica no município do Rio Grande/RS com um enfoque na extrema pobreza, pobreza e baixa renda a partir dos impactos da Covid-19. Como recorte temporal escolhemos os meses de março de 2020 a fevereiro de 2025.

METODOLOGIA

Essa pesquisa possui caráter exploratório-descritivo, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa, tendo como método o materialismo histórico e dialético. De acordo com Gil (2008, p. 27) a pesquisa exploratória é a primeira etapa de uma investigação mais ampla, tendo como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos para estudos posteriores. Já a pesquisa descritiva tem como objetivo “a descrição e caracterização dos dados e informações que representam uma determinada população ou fenômeno ou confirmação de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28).

Conforme Gerhard e Silveira (2009, p. 35) uma pesquisa de natureza aplicada tem como intuito “gerar conhecimentos para aplicação na prática, voltados à solução de problemas específicos, os quais envolvem verdades e interesses locais”. Segundo Fonseca (2002, p. 20) a utilização conjunta da pesquisa quantitativa e qualitativa permite recolher mais informações do que poderia conseguir isoladamente. Para isso, foram realizados levantamento bibliográfico, pesquisa documental, levantamento de dados secundários de domínio público, análise de conteúdo e análise interpretativa. Como fontes foram utilizados os portais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o portal Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (MOPS), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), portal do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) e o Cadastro Único (CECAD 2.0).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia de COVID-19 intensificou significativamente as condições de vulnerabilidade social em todo o país, e no município de Rio Grande não foi diferente. Com a confirmação dos primeiros casos, medidas emergenciais como o distanciamento social e o fechamento do comércio de itens não essenciais foram adotadas para conter a propagação do vírus. Apesar de necessárias, essas ações impactaram diretamente a economia local, especialmente em um município que já enfrentava dificuldades econômicas anteriores à crise sanitária.

Muitas empresas encerraram suas atividades ou reduziram drasticamente suas operações, o que resultou em aumento do desemprego, informalidade e insegurança alimentar. Famílias que já viviam com poucos recursos viram sua situação se agravar, recorrendo com mais frequência aos programas de assistência social, como o Cadastro Único e o Bolsa Família. Ademais, os grupos já historicamente marginalizados, como pescadores artesanais, catadores de material reciclável, agricultores familiares e famílias de pessoas privadas de liberdade, sentiram de forma mais intensa os efeitos da pandemia.

A perda de renda, aliada à baixa escolaridade e ao acesso limitado a serviços de saúde, educação e infraestrutura, também são outros fatores que aprofundaram a exclusão social desses segmentos. Dessa forma, a COVID-19 não apenas escancarou, mas também agravou as vulnerabilidades existentes, exigindo ações públicas coordenadas e estruturantes para promover uma recuperação justa e inclusiva. A vulnerabilidade possui uma multiplicidade de definições, à medida que afeta cidadãos, grupos e comunidade em planos distintos de seu bem-estar, de diferentes formas e intensidade.

Para Vignoli (2001, p. 2) a vulnerabilidade compreende a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes. Kaztman e Filgueira (2006) mencionam que os ativos são um conjunto de recursos materiais e imateriais, das quais os indivíduos e as famílias buscam se apropriar para melhorar suas condições de vida e enfrentarem as dificuldades enquanto que as estruturas de oportunidades são disponibilizadas pelo Estado, mercado e sociedade, ou seja, são “fontes para o acesso aos ativos” (KAZTMAN e FILGUEIRA, 2006, p. 72). Um dos indicadores que fazem parte da avaliação do grau de vulnerabilidade é o nível de renda, enfocando nos cidadãos em extrema pobreza, pobreza e baixa renda.

A vulnerabilidade socioeconômica é um fenômeno profundamente enraizado em desigualdades estruturais e históricas, que se manifestam com maior intensidade nos espaços urbanos. Essas desigualdades não surgem espontaneamente, mas são moldadas por relações sociais, políticas e econômicas que produzem e reproduzem assimetrias ao longo do tempo. Segundo autores como Carlos (1994) e Santos (2008), o espaço urbano é apropriado e transformado conforme a lógica do capital, o que resulta em uma valorização seletiva de determinadas áreas e marginalização de outras, comprometendo o acesso equitativo a direitos básicos.

Brandão (2007), por sua vez, propõe uma análise desse processo por meio dos conceitos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia, revelando como o sistema capitalista estrutura o espaço de forma desigual e hierarquizada. Logo, a homogeneização rompe barreiras espaciais para incorporar regiões à produção, mas gera heterogeneidades que alimentam o próprio sistema. Já a integração ocorre por meio da incorporação de diferentes capitais ao sistema, criando fluxos e mobilidades desiguais e reforçando a concentração de recursos e acessibilidade em determinadas áreas.

Entretanto, essa integração muitas vezes exige a permanência da não-integração, como forma de manter as desigualdades. A polarização evidencia-se na distribuição desigual de serviços e infraestrutura, criando hierarquias e centralidades que atraem fluxos e valorizam certas áreas, como no caso de shoppings e grandes empreendimentos. Por fim, a hegemonia atua como força ideológica que legitima essas dinâmicas, sustentando os interesses dos grupos dominantes por meio de discursos e instrumentos jurídicos (BRANDÃO, 2007).

Nesse contexto, a divisão social do trabalho exerce um papel central, influenciando padrões de mobilidade, consumo e acessibilidade, os quais estão condicionados à renda e às possibilidades materiais dos indivíduos. Complementando essa discussão, Sen (2000) destaca que a pobreza vai além da falta de renda, envolvendo privações de liberdades e capacidades essenciais para o desenvolvimento humano. Variáveis como localização, gênero, idade e saúde interferem diretamente no acesso a oportunidades, resultando em uma acumulação de desvantagens que perpetua ciclos de exclusão. Assim, a vulnerabilidade socioeconômica não é apenas uma condição pontual, mas um reflexo das estruturas desiguais que organizam a sociedade e o espaço urbano.

Área de estudo

O município de Rio Grande está localizado no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul. Faz fronteira ao norte com Pelotas e a Laguna dos Patos; ao sul, com Santa Vitória do Palmar; a leste, com o Oceano Atlântico e o Canal do Rio Grande; e, a oeste, com Pelotas, Arroio Grande e a Lagoa Mirim. Rio Grande é dividido em cinco distritos: o 1º Distrito, que inclui a sede urbana da cidade e o Balneário Cassino, onde se concentra a maior parte da população, além do Distrito Industrial, a Povoação da 4ª Seção da Barra, Senandes, Bolaxa e a Ilha do Terrapleno (Base); o 2º Distrito, Ilha dos Marinheiros; o 3º, Povo Novo; o 4º, Taim; e o 5º, Vila da Quinta.

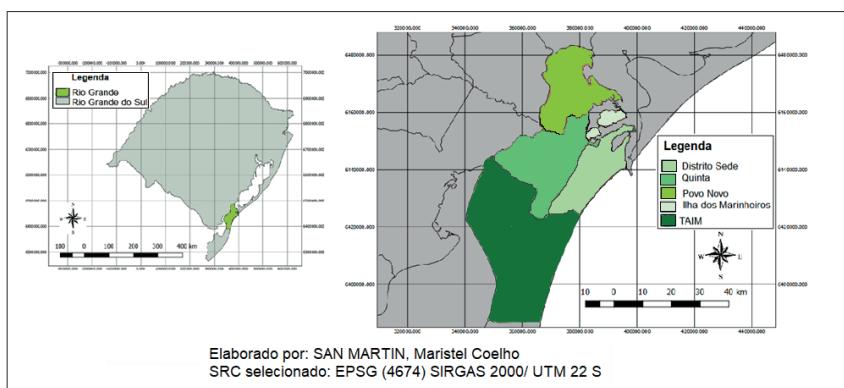


Figura 1: Mapa da Área de estudo
Fonte: IBGE, 2022. Adaptado pela autora.

A partir do primeiro caso confirmado de COVID-19, em Rio Grande, o poder público local implantou medidas de distanciamento social e solicitou o fechamento temporário do comércio de itens não essenciais por meio de decreto.

Desde então, o município que já se encontrava em uma crise econômica passou a agravar ainda mais as condições de vulnerabilidade socioeconômicas por conta do distanciamento social e do crescente número de desempregos ocasionados pelo encerramento de atividades de empresas de vários setores. Embora, no decorrer dos anos, Rio Grande tem se esforçado a mudar esse quadro e tenha conseguido manter um saldo positivo dos empregos, ainda assim enfrenta desafios.

Após o levantamento de dados foi possível percebermos que, da população total de 191.900 pessoas, conforme o IBGE (2022), 90.721 pessoas possuem registro no Cadastro Único (CECAD, 2025), totalizando 42.415 famílias inscritas. Dessa forma, verificou-se um aumento no número de inscritos, possivelmente, devido a busca de benefícios ligados a esta inscrição. Destacamos que, no Cadastro Único a “família” pode representar tanto uma pessoa sozinha quanto um grupo que compartilha a mesma residência.

Dentre os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos que estão inscritos, destacam-se: 693 famílias de pescadores artesanais (1.593 pessoas), 135 famílias de comunidades de terreiro (319 pessoas), 176 famílias de agricultores familiares (400 pessoas) e 277 famílias de catadores de material reciclável (494 pessoas) (CECAD, 2025). Logo, o maior número de famílias está entre pescadores artesanais, agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis e famílias de pessoas privadas de liberdade. O maior grupo é o dos pescadores artesanais, o que reflete a tradição e importância histórica da pesca na região, devido à localização geográfica privilegiada próxima a lagunas, rios e ao oceano.

Em seguida, estão os agricultores familiares, que representam parte importante da economia local, especialmente nas áreas rurais dos distritos. Essa modalidade de agricultura é uma alternativa acessível para famílias com poucos recursos financeiros. Os catadores de material reciclável formam outro grupo expressivo, uma vez que, muitos atuam de maneira informal e recorrem a essa atividade devido à exclusão do mercado formal de trabalho, sendo impulsionados por fatores como desemprego e baixa escolaridade. Contudo, as famílias de pessoas privadas de liberdade também compõem um número significativo.

Esse grupo reflete uma vulnerabilidade agravada por fatores estruturais como pobreza, falta de acesso à educação, violência e ausência de políticas públicas eficazes de prevenção e reintegração social. Portanto, esses grupos representam parcelas da população mais expostas à vulnerabilidade socioeconômica, e seu destaque no Cadastro Único evidencia a necessidade de políticas públicas direcionadas que considerem suas realidades específicas. A maioria das famílias e pessoas cadastradas se identificam como brancas (36.297 famílias e 72.792 pessoas).

Em seguida, vêm os grupos pretos (6.818 famílias/10.342 pessoas), pardos (5.425 famílias/7.351 pessoas), indígenas (82 famílias/129 pessoas) e amarelos (73 famílias/80 pessoas). Na análise por faixa etária, destaca-se o grupo entre 7 e 15 anos com 14.251 pessoas, seguido pelos grupos de 0 a 6 anos, totalizando 8.651 crianças, o que demonstra forte presença do público infantil, especialmente relacionado ao Bolsa Família. A faixa jovem-adulta (18 a 34 anos) também aparece com destaque (22.153 pessoas), evidenciando a importância de ações voltadas à inserção produtiva (CECAD, 2025).

Já os grupos de meia-idade (35 a 59 anos) e idosos (60 anos ou mais) somam mais de 38 mil pessoas, demonstrando que a vulnerabilidade social atinge todas as fases da vida e reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas também à população idosa. De acordo com o IBGE (2022), o município conta com seis comunidades urbanas classificadas como favelas: Dom Bosquinho, Getúlio Vargas, Henrique Pancada, Mangueira, Roberto Socoowiski e Santa Tereza. Essas áreas somam 5.022 moradores, correspondendo a 2,62% da população total do município.

No perfil demográfico dessas localidades, observa-se um leve predomínio feminino, com 94 homens para cada 100 mulheres. Já a idade mediana é de 29 anos, indicando uma população majoritariamente jovem. E o índice de envelhecimento revela a presença de 43,3 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 com até 14 anos, o que aponta para a coexistência de diferentes gerações nessas comunidades (IBGE, 2022).

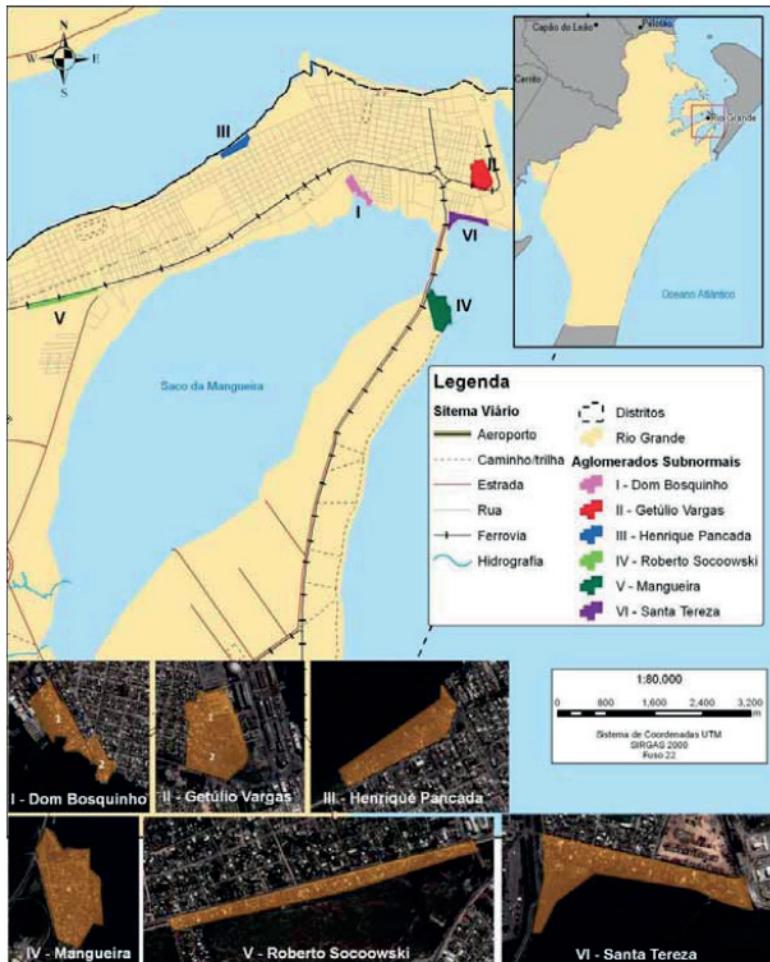


Figura 2: Áreas suburbanas/ favelas de Rio Grande

Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2012

Apesar de representarem uma pequena parcela da população, essas comunidades apresentam características relevantes, como a juventude predominante e o equilíbrio entre os sexos, evidenciando a importância de políticas públicas direcionadas tanto à juventude quanto à população idosa dessas áreas. O município apresenta também, uma taxa de alfabetização de 96,74%, o que representa 151.820 pessoas alfabetizadas, enquanto 5.124 ainda não dominam essa habilidade. Entre a população indígena, 295 indivíduos são alfabetizados e 23 permanecem não alfabetizados, enquanto que no grupo quilombola, 488 pessoas sabem ler e escrever, e 24 ainda não possuem essa competência (IBGE, 2022).

Nas comunidades urbanas (favelas), a taxa de alfabetização atinge 93,59% da população. Segundo dados do Censo do IBGE (2022), a população amarela apresenta a maior taxa de alfabetização, com 98% tanto entre homens quanto entre mulheres. Logo em seguida, mulheres brancas se destacam, com 97% de taxa de alfabetização.

A análise dos dados do Cadastro Único revela uma relação direta entre escolaridade e renda: a maioria das pessoas, em todos os níveis de renda, possui apenas o ensino fundamental incompleto. Isso limita o acesso a empregos formais e bem remunerados, forçando muitos a atuarem no mercado informal, com baixa remuneração e sem direitos trabalhistas. A extrema pobreza e a pobreza são mais comuns entre os que não possuem instrução ou têm apenas o ensino fundamental incompleto, realidade muitas vezes associada à necessidade de trabalhar desde cedo, à dificuldade de acesso a escolas de qualidade e às condições financeiras precárias.

Já entre os de baixa renda ou com renda superior a ½ salário mínimo, predominam pessoas com ensino fundamental incompleto ou médio completo, que, embora tenham avançado na escolarização, ainda enfrentam barreiras para qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Em relação ao grau de instrução dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, os dados revelam que a maior concentração de pessoas em todos os níveis educacionais pertence às famílias de pescadores artesanais. Isso se deve à ampla presença desse grupo em diversas comunidades do município, em comparação com outros grupos populacionais tradicionais e específicos.

Ademais, a quantidade elevada dessas pessoas como sem instrução e com ensino fundamental incompleto ocorre por causa da dependência da pesca como principal meio de subsistência, cujo muitas pessoas iniciam suas atividades produtivas desde cedo, impactando sua permanência na escola. Essa mesma situação ocorre com os agricultores familiares e com as famílias de catadores de material reciclável.

Com base nos dados do Cadastro Único, as condições de saúde com maior número de registros no município são a deficiência física (5.485 casos) e a deficiência mental ou intelectual (2.250 casos). A deficiência física é mais comum entre as mulheres, enquanto a deficiência mental, transtornos mentais (1.778 casos) e síndrome de Down (115 casos) são mais frequentes entre os homens. Outras condições registradas incluem cegueira (285 pessoas), surdez leve/moderada (240), surdez severa/profunda (304) e baixa visão (1.106) (CECAD, 2025).

Nos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos a deficiência física é a que mais se destaca em quantidade entre os pescadores artesanais, os catadores de material reciclável, agricultores familiares, as famílias pertencentes a comunidade de terreiro e as famílias de preso do sistema carcerário. Ao analisarmos a situação de renda dessas pessoas, observamos que a maioria se encontra nas faixas de renda acima de ½ salário mínimo e de baixa renda. Essa limitação financeira dificulta o acesso a serviços de saúde de qualidade, como consultas, exames e tratamentos especializados, o que pode agravar suas condições de saúde e comprometer a possibilidade de uma vida autônoma e saudável.

Além disso, grande parte dessas pessoas possui apenas o ensino fundamental incompleto ou não tem instrução, o que restringe suas oportunidades de aprendizado, convivência social e inserção no mercado de trabalho. No que se refere as condições dos domicílios dessas pessoas em Rio Grande são majoritariamente urbanas, com residências classificadas como domicílios particulares ou coletivos. Embora a localização urbana favoreça o acesso a serviços públicos como saúde, transporte e educação, ainda existem desafios estruturais, como ruas sem calçamento, que dificultam a mobilidade, especialmente para pessoas com deficiência.

A maioria das casas possui banheiro próprio, energia elétrica (por medidores individuais ou coletivos) e acesso à água potável por rede geral ou poços. Quanto ao saneamento, o escoamento é feito por redes coletoras ou fossas, sendo que parte das áreas ainda carece de estrutura adequada, o que pode representar risco à saúde. A coleta de lixo é realizada na maioria dos domicílios, mas algumas regiões ainda enfrentam dificuldades com a destinação correta dos resíduos.

A maioria das residências possui paredes externas de alvenaria, com ou sem revestimento, o que indica uma estrutura geralmente resistente, embora algumas casas ainda careçam de acabamento adequado. Também há construções com paredes de madeira, que oferecem menor durabilidade e isolamento térmico. No piso, predomina o uso de cerâmica, lajota ou pedra, materiais duráveis e de fácil manutenção.

Outros tipos incluem cimento e madeira, com variações de resistência e conforto. Apesar do acesso aos serviços essenciais, persistem desafios estruturais como a falta de calçamento adequado, saneamento básico insuficiente e limitações na acessibilidade urbana. Melhorar esses aspectos é essencial para promover mais segurança, autonomia e qualidade de vida.

Atualmente, o município conta com 46,7 mil empregos formais, sendo a ocupação mais comum à de professor dos anos iniciais, seguida por vendedores e auxiliares de escritório. A remuneração média é de R\$ 3,4 mil, levemente abaixo da média estadual. No entanto, a desigualdade de renda é elevada: as classes D e E somam 37,6% das remunerações, enquanto as classes mais altas representam 26,3%, refletindo uma distribuição desigual dos rendimentos.

Segundo dados do CAGED (2025), entre março e junho de 2020, Rio Grande registrou o maior número de demissões devido às medidas de distanciamento social e ao fechamento temporário do comércio. No entanto, entre os meses seguintes e janeiro de 2025, o mercado de trabalho se estabilizou, com uma média mensal de 1.100 a 1.900 admissões e demissões. Apesar de alguns saldos negativos, predominou o saldo positivo, indicando uma recuperação gradual do mercado de trabalho após o impacto inicial da pandemia.

A análise da distribuição de renda das famílias inscritas no Cadastro Único mostra que grande parte da população vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica. São 7.280 famílias (16.903 pessoas) em extrema pobreza, 4.299 famílias (11.308 pessoas) em pobreza e 9.066 famílias (24.340 pessoas) com baixa renda. Já 21.770 famílias (38.172 pessoas) têm renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, apresentando uma condição financeira relativamente mais estável, mas ainda sujeita a riscos econômicos. Entre as famílias indígenas, a maioria vive em extrema pobreza (24 das 46 famílias), e apenas 9 possuem renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (CECAD, 2025).

Já entre as famílias quilombolas, a maior parte (25) está na faixa de renda mais elevada, seguida por 14 de baixa renda, 13 em extrema pobreza e 3 em situação de pobreza. Os dados sobre a distribuição da população por cor/raça e faixa de renda familiar per capita mostram que a maioria é composta por pessoas brancas (72.792), com destaque para 31.391 com renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 12.885 em extrema pobreza. Entre os pretos (10.342), 4.265 estão na faixa de renda mais alta e 2.235 em extrema pobreza.

Já os pardos (7.351) apresentam 2.431 com renda mais elevada e 1.707 em extrema pobreza. O grupo amarelo é o menor (80), com maioria acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e apenas 16 em extrema pobreza. A população indígena (129) tem alta concentração em extrema pobreza (59), e apenas 32 com renda mais alta.

No total, dos 90.723 indivíduos analisados, 38.172 têm renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e 16.903 vivem em extrema pobreza, evidenciando desigualdades econômicas entre os grupos raciais. Quanto ao sexo, há predominância feminina (51.563 mulheres e 39.160 homens). As mulheres são maioria em todas as faixas de renda, inclusive nas mais baixas: 9.724 estão em extrema pobreza, contra 7.179 homens (CECAD, 2025).

Na faixa de pobreza, são 6.843 mulheres e 4.465 homens. Já na renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, há 21.197 mulheres e 16.975 homens. Apesar de serem maioria na população total, as mulheres estão mais expostas à vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, foram registrados 13 casos de trabalho infantil, sendo 11 crianças brancas, 2 pardas; 7 do sexo masculino e 6 do feminino. Uma criança tem entre 5 e 6 anos, e 12 estão na faixa de 7 a 15 anos (CECAD, 2025).

CONCLUSÃO

A análise dos dados do Cadastro Único e de outras fontes estatísticas aponta que o município de Rio Grande enfrenta um cenário socioeconômico desafiador, agravado pela pandemia de COVID-19, visto que, o aumento das famílias registradas no Cadastro Único reflete o aprofundamento das desigualdades e a busca por apoio governamental. Os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, como pescadores, agricultores, catadores e familiares de pessoas privadas de liberdade, seguem em situação de alta vulnerabilidade, com acesso limitado a direitos e serviços. Ademais, a baixa escolaridade, aliada à pobreza e ao trabalho informal, dificulta a mobilidade social.

Observou-se ainda, uma maior incidência de vulnerabilidade entre mulheres e entre pessoas pretas, pardas e indígenas. Já nas comunidades urbanas, predominam a juventude e a precariedade estrutural, reforçando a necessidade de melhorias em infraestrutura e serviços. Apesar da maioria das moradias ter acesso a recursos básicos, persistem carências em saneamento, calçamento e acessibilidade, impactando especialmente pessoas com deficiência.

Embora o mercado de trabalho tenha se recuperado parcialmente, a desigualdade de renda permanece significativa. Portanto, o contexto evidencia a urgência de políticas públicas intersetoriais, baseadas em dados, que promovam inclusão, qualificação, geração de renda e fortalecimento das redes de proteção social.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas: Ed. Unicamp, 2007, p. 57-88.

CADÚNICO/CECAD 2.0. **Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.** Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#> Acesso em: 23/02/2025.

CAGED. **Painel de informações.** 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiM2ZiNzk5YzUtODU5OS00YjFmLTk1NjItNDY1M2lwMTJhOTgzliwidCl6ImNmODdjOTA4LTrhNjUtNGRIZS-05Mm3LTeXZWE2MTVjNjMyZSlmMiOjR9> Acesso em 19/01/2025

CARLOS, A. F. A. **A (Re) produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 23/12/2024

IBGE. **Panorama do censo 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso em 02/02/2025

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa.** 1.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/?cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 03/09/2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas, SP: Neph/Unicamp, 2006.

MAPAS ESTRATÉGICOS PARA POLÍTICAS DE CIDADANIA-MOPS. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/> Acesso em: 25/02/2025

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Relatórios de Informações Sociais/ Censo SUAS (2023).2024** Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> Acesso em 02/12/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Áreas suburbanas/ favelas de Rio Grande.** Relatório ENGEPLUS, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo?** In: Seminario Vulnerabilidad, CEPAL, Santiago de Chile, 2001.